

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DO “CONHECIMENTO PERTINENTE” DE EDGARD MORIN NO ÂMBITO DA CIDADE SAUDÁVEL

REFLECTIONS AND PERSPECTIVES OF EDGARD MORIN'S PERTINENT KNOWLEDGE IN THE SCOPE OF THE HEALTHY CITY

 **Rodrigo Brandini Bloes** ¹

 **Ana Maria Girotti Sperandio** ²

¹ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, rodrigo.bbloes@gmail.com
² Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, am140285@unicamp.br

Contribuição dos autores:

RBB: conceituação, investigação, metodologia, administração de projetos, validação, visualização, escrita - rascunho original, escrita - revisão e edição. **AMGS:** conceituação, investigação, metodologia, administração de projetos, supervisão, validação, visualização, escrita - rascunho original, escrita - revisão e edição.

Fomento: Não houve fomento

Declaração de conflito: nada foi declarado.

Editor Responsável:

Sidney Piochi Bernardini 

Resumo

O pensamento iluminista submete as inteligências humanas à senda da racionalidade, institucionaliza e consolida a setorização e distancia as ideias de trabalho, habitação e lazer no ambiente urbano. O aumento da expectativa e qualidade de vida no último século não representa um campo resoluto, mas é acompanhado pela crise do capitalismo, do espaço urbano e do próprio planejamento. Como proposta para promover a qualidade de vida, no final do século XX, foi desenvolvido o conceito de cidades saudáveis. O Pensamento Complexo de Edgard Morin pode contribuir para a superação das limitações atuais do planejamento urbano no âmbito da concepção. Este artigo tem o objetivo de trazer reflexões referentes às contribuições de um dos Sete Saberes de Edgard Morin, o “Conhecimento Pertinente” e a proposta de Cidades Saudáveis para um novo posicionamento do planejamento urbano, sob a perspectiva da problemática do ambiente urbano no século XXI. Por meio do materialismo histórico e da revisão de literatura foi possível explorar as aproximações conceituais e refletir sobre suas similitudes. A partir da reflexão realizada foi possível apontar contribuições que os dois campos estudados apresentam para superar as crises da ordem do planejamento urbano, assim como para a formação de uma nova percepção de mundo, por meio da transformação do próprio indivíduo e das relações entre o local e o global.

Palavras-chave: planejamento urbano, cidade saudável, pensamento complexo.

Abstract

Enlightenment thinking submits human intelligence to the path of rationality, institutionalizes and consolidates sectorization, and distances the ideas of work, housing, and leisure in the urban environment. The increase in expectations and quality of life in the last century does not represent a decisive field. However, it is accompanied by the crisis of capitalism, urban space, and planning. As a proposal to promote quality of life, the concept of healthy cities was proposed at the end of the 20th century. Edgard Morin's Complex Thinking can contribute to overcoming the current limitations of urban planning within the scope of conception. This research aims to reflect on the contributions of one of Edgard Morin's Seven Knowledge, the "Pertinent Knowledge", and the proposal of Healthy Cities for new positioning of urban planning under the perspective of the urban environment in the 21st century. It was possible to explore conceptual approaches and reflect on their similarities through historical materialism and literature review. From the reflection carried out, we pointed contributions that the two fields studied present to overcome crises in the order of urban planning, as well as to the formation of a new perception of the world, through the transformation of the individual and the relationships between the local and global.

Keywords: urban planning, healthy city, complex thinking.

How to cite this article:

BLOES, R. B.; SPERANDIO, A. M. G. Reflexões e perspectivas do “conhecimento pertinente” de Edgard Morin no âmbito da cidade saudável. **PARC Pesq. em Arquit. e Constr.**, Campinas, SP, v. 13, p. e022002, 2022. ISSN 1980-6809. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/parc.v13i00.8664711>

Submitted 25.02.2021 – Approved 05.08.2021 – Published 27.12.2021

e022002-1 | **PARC Pesq. em Arquit. e Constr.**, Campinas, SP, v. 13, p. e022002, 2022, ISSN 1980-6809



Introdução

Fundadas sob a concepção da continuidade dos padrões hegemônicos do sistema capitalista, as cidades após as revoluções industriais se desenvolvem sob o desígnio da modernidade (QUIJANO, 2018). Os espaços intra e interurbanos são concebidos e apropriados pelos ciclos de produção e reprodução do capital (HARVEY, 2014), onde as formas, técnicas e tecnologias adotadas para a implementação e manutenção do urbano expressam o júbilo dos agentes capitalistas por mais-valia. O pensamento iluminista submete as inteligências humanas à senda da racionalidade, institucionaliza e consolida a setorização e distancia as ideias de trabalho, habitação e lazer no ambiente urbano (CUSTÓDIO, 2004).

A aceleração da ocupação urbana no século XIX gera demandas sociais e evidencia a precariedade do espaço construído (MARICATO, 2000). As condições de trabalho, habitação, saneamento básico e lazer constituem a fragilidade urbana e refletem em más condições da saúde da população, prioritariamente nas famílias do proletariado, classe historicamente explorada (MARX; ENGELS, 2005; ROUQUAYROL, 2005). Estudos realizados em meados do séc. XIX na França indicaram que bairros menos abastados apresentavam maior taxa de mortalidade indicando a relação entre saúde, espaço construído e condição social (CORBURN, 2017).

A problemática da qualidade do meio urbano gerou movimentos no sentido de sanear os espaços e desta forma prover maior qualidade ambiental nas cidades (COSTA, 2013). Contudo, as intervenções foram realizadas sob a prerrogativa de expulsar as classes oprimidas para as periferias ao mesmo tempo que valorizavam as áreas centrais e saneavam os espaços utilizados para circulação da produção do capital, dos burgueses e das ideias (LEFEBVRE, 2008). Novos espaços eram concebidos sob o arbítrio do setor hegemônico.

A fragmentação dos setores alicerçou o crescimento das cidades no século XX (SOUZA, 1998). O espaço urbano é configurado por infraestruturas viárias para o trânsito de matéria-prima e mercadorias, áreas para consumo e de especulação (HARVEY, 2014). Neste contexto, a qualidade de vida é condicionada aos ditames do pensamento liberal, no qual o enriquecimento do setor produtivo geraria riquezas suficientes para atender às necessidades de toda a população (VICENTE, 2009). O planejamento urbano torna-se agente facilitador e de fortalecimento deste processo (SOUZA, 2004).

As ações realizadas na condução e desenvolvimento da urbanização, desde a modernização, estão submetidas ao fortalecimento do capital em detrimento da qualidade de vida dos seres que habitam estes espaços. Durante o século XX as dinâmicas das relações econômicas e sociais, até então territorializadas na urbe (LEFEBVRE, 2008), são também virtualizadas e intensificam a multiplicidade de realidades aproximadas pelo contexto globalizado, exacerbando a complexidade do urbano. A melhoria na qualidade de vida nas últimas três décadas (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: Habitat III ONU, 2019) não representa um campo resoluto, mas é acompanhada pela crise do capitalismo, do espaço urbano e do próprio planejamento (MIRAFTAB, 2016).

Sob as prerrogativas de promover a saúde no espaço urbano (WESTPHAL, 2000), o movimento de cidades saudáveis teve seu início em meados da década de 1980, concomitante à publicação da Carta de Ottawa (BRASIL, 2002), resultado da Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde. Este documento norteador traz a saúde como um conceito ampliado, sendo seus pré-requisitos a “paz, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade” (BRASIL, 2002) e sinaliza que a intersectorialidade é fator determinante para

a sua conquista. Segundo Corburn (2017) o planejamento urbano é estruturante para a promoção da saúde nas cidades.

Superar as concepções racionalistas e reducionistas sobre o habitar humano e conceber novas formas de planejar o urbano demandam criatividade (MIRAFTAB, 2016) e um novo posicionamento da gestão pública para o ordenamento do território.

As conceituações do Pensamento Complexo de Edgard Morin (2015) podem contribuir para a concepção de novas perspectivas do planejamento urbano. Esta pesquisa tem o objetivo de realizar reflexões referentes às contribuições de um dos Sete Saberes postulados por esse autor: o “Conhecimento Pertinente” e a proposta de Cidades Saudáveis, para um novo posicionamento do planejamento urbano em relação à problemática do ambiente urbano no século XXI. Por meio do materialismo histórico e da revisão de literatura, foi possível explorar as aproximações conceituais e refletir sobre as suas similitudes.

Método de pesquisa

O método utilizado foi a revisão dos documentos norteadores do movimento de cidades saudáveis para que fosse possível identificar suas características principais, assim como da revisão da literatura pertinente ao tema das cidades modernas, cidades saudáveis e planejamento urbano.

Os documentos escolhidos para nortear a conceituação de Cidades Saudáveis, por meio da revisão documental (GIL, 2008), foram:

- Carta de Ottawa (BRASIL, 2002), considerada o principal documento norteador do conceito de Cidades Saudáveis;
- *Healthy Cities: effective approach to a rapidly changing world* (WHO, 2020), documento internacional mais atual referente ao conceito de Cidades Saudáveis.

Para a aproximação do “Conhecimento Pertinente”, um dos Sete Saberes de Edgard Morin, foi utilizada a revisão bibliográfica (GIL, 2008) dos livros Introdução ao pensamento complexo (MORIN, 2015) e Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro (MORIN, 2000).

A partir do materialismo histórico (GIL, 2008) foi realizada a exploração conceitual e a reflexão entre as similitudes conceituais de cidades saudáveis e as conceituações do pensamento complexo de Edgard Morin, com foco em um dos sete saberes: “o Conhecimento Pertinente” (MORIN, 2000, 2015). Não houve a pretensão de apresentar o estado da arte destes, uma vez que extrapolariam os limites deste artigo, mas sim obter um panorama adequado à reflexão.

A cidade moderna e o conhecimento pertinente de Edgard Morin

Os processos de urbanização, influenciados pelas evoluções dos modos de produção, conduziram a transição das cidades medievais para as cidades modernas (LEFEBVRE, 2008). A cidade se tornou o espaço de produção e reprodução do capital, uma vez que no mesmo *locus* são abrigados a mão de obra, o sistema produtivo e os centros de comércio de mercadorias (CORBUSIER, 1993). Ao mesmo tempo que provocou problemas sociais, a industrialização moldou as transformações da sociedade (LEFEBVRE, 2008).

A recursividade, definida por Morin (2015, p. 74) como “um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz”, é

inerente à dinâmica urbana. As interdependências entre cidades de diversas grandezas (MONTE-MÓR, 2006), as relações constitutivas entre as esferas sociais (CORRÊA, 1989) e a própria relação de forma e conteúdo discutida por Lefebvre (2008), são características das realidades vividas no século XXI.

A gestão das cidades passou por um processo de distanciamento entre os setores de planejamento urbano e saúde, conforme apontado por Peterson (1979), o que indica a institucionalização da fragmentação na concepção de planos, projetos, ações e tomadas de decisão no âmbito da gestão urbana. Assim, a gestão do espaço urbano é ineficiente, realizada por setores desconexos (PETERSON, 1979). O propósito de racionalizar para gerir intensifica a fragmentação dos processos de gestão urbana e soma-se à ignorância que a hiperespecialização (MORIN, 2015) gera nas tentativas de resolver problemas complexos, próprios da realidade urbana.

A percepção limitada da realidade

A especialização, ao separar os conhecimentos, desfavorece a visão conjunta, integrada, o que sugere um desconhecimento relacionado com a própria setorização, o que Morin (2000) define como a problemática do contexto. Antes vista como um fator de avanço conceitual, a fragmentação dos setores pode ser considerada impeditiva na obtenção de novas projeções e interpretações próximas da realidade urbana.

Os marcos históricos conceituais do século XX orientaram as concepções em relação ao espaço urbano, as relações sociais e os parâmetros de qualidade de vida (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: Habitat III, 2019). Destacam-se a Carta de Atenas que, em 1933, discutiu concepções sobre o habitar, circular, recrear e trabalhar (CORBUSIER, 1993) nas cidades e regiões; a constituição da Organização Mundial da Saúde, em 1946, instituiu o conceito amplo de saúde para além do bem-estar físico, mas incluindo os aspectos mental e social (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1946) enquanto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, propôs direitos e deveres para conduzir relações individuais e coletivas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES, 1995).

Estes documentos, ainda que diligentes em abarcar a compreensividade da complexidade humana, tangenciam a própria natureza do Homem. Fato este não desabona seus prestígios. Contudo, os próprios marcos teóricos e os documentos norteadores, estão consubstanciados pela racionalidade, o que dificulta no âmbito das concepções, novas possibilidades de promover a qualidade de vida nas cidades. A estruturação da cidade, exclusivamente sob a racionalização, conduz à abstração dos fatos, pois divide a realidade, o que segundo Morin (2000), impede a percepção do global, ocorrendo inclusive nas esferas estaduais, nacionais e internacionais.

A supremacia e o esquecimento

Os avanços sociais, conceituais e práticos, assim como a evolução científica e tecnológica vivenciadas na história recente da humanidade foram precedidos por marcos históricos. Entre outros, as Revoluções Industriais, a Teoria Microbiana e as Duas Grandes Guerras do Séc. XX influenciaram as relações sociais, aspectos demográficos, assim como a forma de ocupar as cidades.

Segundo Castells (2020), o sistema capitalista avançou por todo o globo terrestre, sobretudo em função do progresso nos setores da comunicação e transporte, definindo o que é conhecido hoje como globalização (DEÀK, 2000). Este fenômeno intensificou as diferenças e transpôs fronteiras (SANTOS, 2016) corporificado pelos interesses liberais

num período de superação do *Welfare State* (VICENTE, 2009), fruto do pós-guerra, oportunizando a ascensão do neoliberalismo ao redor do mundo.

O livre mercado (STIGLITZ, 2002), a eficiência dos setores de transporte e comunicação (CASTELLS, 2020), assim como a presença do pensamento capitalista onde “a perseguição estrita do lucro, demanda apenas a obediência das suas criaturas” (RAMOSE, 2018, p.161), são consubstanciados pela padronização eurocêntrica (QUIJANO, 2018) e influências norte americanas (VICENTE, 2009). Assim, as realidades vividas nas cidades não estão mais relacionadas com as necessidades locais, mas sim pela ação colonizadora em busca de matéria-prima, mão de obra e/ou mercado consumidor (HARVEY, 2014; SANTOS, 1998). No ambiente urbano as comunidades locais são inibidas de experimentarem da própria cultura, dos conhecimentos conquistados pelos seus antepassados e dos seus potenciais em função da perpetuação da classe dominante, agora em nível mundial.

O “paradigma da simplificação”, segundo Morin (2015), forja concepções disjuntivas, reducionistas e abstratas, afastando as realidades da compreensão e desintegrando a própria percepção do mundo como ele realmente é. As formas de adequar o espaço urbano para favorecer o desenvolvimento dos seres nesta nova e predominante forma de habitar, as cidades modernas, são a corporificação da simplificação. Da teoria marxista da classe dominante à visão habermasiana dos sistemas poder e dinheiro, a cidade é o novo meio de desenvolvimento das relações sociais, e as suas características são determinantes para a construção de seu presente.

A globalização, enquanto instrumento do sistema capitalista, aprofunda a racionalização dos processos por meio da hiperespecialização (MORIN, 2000) dos setores produtivos. A imposição da cultura hegemônica promove o atrofiamento das compreensões, uma vez que limita aquilo que o ser sabe sobre o mundo. Isso resulta na relação inversa sobre a possibilidade de tratar problemas, conforme definida por Morin (2000, p. 39), que “quanto mais poderosa é a inteligência geral, maior é sua faculdade de tratar de problemas especiais”. Assim, a dissipação das culturas locais e das realidades diversas pode configurar um estado de apatia, descaracterização, padronização e distanciamento dos valores locais, deixando as forças externas normatizarem seus quereres para a sociedade local.

A racionalidade dúbia

À sombra do que Morin (2000) conceituou de *falsa racionalidade*, a humanidade vivencia na Era Moderna processos fragmentados. No contexto das cidades, a proposição de soluções para atender às demandas do mercado produtivo conduz à exploração do espaço urbano e natural. Desta forma, o pensamento racionalizante propõe soluções efêmeras em detrimento da manutenção da hegemonia das classes dominantes, sustentados pela “ideologia da supremacia da razão, base da tecnocracia [...]” (VILLAÇA, 1999, p. 186).

A expansão da malha urbana e os processos de ocupação do território são conduzidos por uma *pseudofuncionalidade* (MORIN, 2000). A condução destes processos é alicerçada em um pensamento que ignora as características e necessidades locais “não quantificáveis” (MORIN, 2000, p.44) e conduz à própria “antítese do direito à cidade” (MARGUTI; COSTA; GALINDO, 2016, p. 12). Ao domínio pelo sistema capitalista produtivo e à financeirização do espaço urbano (SANTOS, 2016) somam-se os avanços tecnológicos e a urberização do trabalho.

Os incrementos tecnológicos, com velocidade sem precedentes, impulsionam a *Indústria 4.0* e transformam as condições de trabalho e oportunidades nas cidades.

Segundo Costa e Hardagh (2018), as diferentes realidades sociais ao redor do mundo refletem em acessos desiguais às tecnologias, posicionando parte da população (aquela sem acesso) à margem dos avanços tecnológicos, e assim, permanecendo incapacitadas de operar no sistema produtivo. A dinâmica estabelecida parece aprofundar as diferenças entre norte e sul global (SANTOS, 2018), num movimento de avolumamento e ignorantização do sul concomitantemente à capacitação e acessos à informação, cultura, tecnologia, entre outros no norte.

Diante da necessidade da produção capitalista a sociedade moderna se apropria dos recursos naturais (AGUIAR; BASTOS, 2012). A lógica do pensamento racional incorporou a natureza nos processos produtivos e, assim, a criação de produtos e obras primas para sanar as necessidades e obsessões (de parte) da humanidade foram vinculadas com a destruição do meio natural (MORIN, 2000). A degradação ambiental eleva o risco de milhares de espécies a extinção, e a intensificação dos fenômenos naturais pressiona os equipamentos urbanos e a produção de alimentos (BLANK, 2015).

A cidade saudável e o conhecimento pertinente de Edgard Morin

O novo habitat natural do Homem, as cidades, assim como as conhecemos hoje, induz hábitos e vontades. Desta forma, ocorre a inversão da concepção marxista sobre a determinação da vida (MARX; ENGELS, 2005), uma vez que os produtos e a forma de produzir é determinada por uma parcela ínfima da população que detém o controle dos meios de produção. Assim, a vida da maioria é determinada pelos meios de produção fruto da vontade de outrem.

O Antropoceno representa, além da alteração geoclimática do planeta face às atuações antrópicas, a dissociação entre o Homem e a Natureza (LATOURETTE, 2014). Esta separação reflete na desatenção sobre a importância do segundo para a existência do primeiro. Desta forma, a vida que se desenvolve nas cidades se sobrepõe e elimina quaisquer modos de vida alternativos.

O ambiente construído é a materialização da segregação pela utilização dos espaços em função da produção capitalista. A utilização da obtenção da mais valia, por meio de suas múltiplas formas que o decorrer da história recente apresentou no espaço urbano, atuou além da transformação do meio físico em detrimento da alta produtividade e eliminação do espaço no tempo (HARVEY, 2018), mas também interpenetra nos costumes dos habitantes das cidades. Estes movimentos geraram padrões de consumo e de vida independentes dos desejos locais.

As novas formas de habitar as cidades somadas aos avanços no campo da biomedicina produziram o fenômeno definido como transição epidemiológica (OMRAN, 2001). Este fenômeno é caracterizado com a mudança no padrão demográfico pelo aumento da expectativa de vida. As causas predominantes de morte no século XX e XXI passam a estar relacionadas com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (KALACHE; VERAS; RAMOS, 1987; VERAS, 1991). Assim, as cidades modernas abrigam novos desafios para a sua gestão e evolução.

Em 1974, no Canadá, o documento Informe Lalonde é publicado (LALONDE, 1974). Este documento defende que as enfermidades não deveriam ser tratadas apenas com a cura da doença, sob influências do movimento biomédico, mas a atenção deveria ser para a mudança nos estilos de vida. A cidade, seu formato, gestão, organização e equipamentos, passam por uma aproximação sem precedentes com relação à qualidade de vida da população.

Os desdobramentos de Lalonde culminaram, no ano de 1986, na Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, a qual teve como resultado a Carta de Ottawa (BRASIL, 2002). Assim, os pré-requisitos para a saúde foram estabelecidos: “Paz, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade” (BRASIL, 2002). O movimento de Cidades Saudáveis surge neste contexto.

A concepção de cidades saudáveis possibilita um novo olhar para a relação entre indivíduo, comunidade e a cidade. A superação da racionalidade do planejamento urbano, assim como o posicionamento de oportunizar novos estilos de vida urbanos são possibilitados ao olhar além da estrutura física do espaço construído. Ampliar as concepções para compreender e atuar no espaço urbano demanda a percepção de sua complexidade (SNOWDEN; BOONE, 2007). As atuações intersectoriais, transescalares e multidimensionais são fundamentais para formar a imagem do todo e aproximar da concepção saudável do espaço (WESTPHAL; OLIVEIRA, 2015). O planejamento urbano é estruturante para a Cidade Saudável (CORBURN, 2017) ao mesmo tempo que deve utilizá-la como um instrumento de concepção para novos espaços urbanos, gerando qualidade de vida e bem-estar para a população (COSTA *et al.*, 2014).

A multidimensionalidade no ambiente urbano

A dinâmica dual entre as inter-relações do indivíduo com o conjunto (MORIN, 2000, p. 38) manifesta-se, expande-se e define a complexidade urbana. A constituição mutante trazida por Morin (2020, p. 21), referente à transformação dos constituintes internos ainda que a estrutura externa se conserve, pode ser vislumbrada na dinâmica das cidades, inclusive com a existência da permeabilidade característica dos territórios urbanos. A multidimensionalidade (MORIN, 2000, p. 35) sob a percepção das dinâmicas urbanas sugere e aproxima as concepções do planejamento urbano e da saúde, questão apontada na conceituação de Cidades Saudáveis:

Uma cidade saudável é aquela que está continuamente criando e melhorando seus meios/ambientes físicos e sociais e expandindo seus recursos comunitários, os quais possibilitam às pessoas ajudarem mutuamente uns aos outros na atuação de todas as funções da vida e no desenvolvimento ao seu máximo potencial. (HANCOCK; DUHL, 1986 apud DE LEEUW, 2017, p.16, tradução nossa)

Novas formas de realizar a gestão urbana devem considerar os requisitos da sustentabilidade para atender à saúde individual e coletiva (GLOBAL CONFERENCE ON HEALTH PROMOTION, 2016) e possibilitar a atuação da comunidade no processo de concepção e gestão deste espaço. Neste sentido, as tecnologias sociais (TS) têm a prerrogativa de solucionar problemáticas socioambientais por meio da atuação da própria comunidade, com ferramental de baixo custo e fácil reprodução, promovendo a inclusão social, autonomia e auxiliando na transformação social (ANDRADE; VALADÃO, 2017). Por intermédio do compromisso entre gestão local, academia e comunidade, a aplicação e monitoramento de ações podem contribuir para a construção conjunta da realidade urbana, produzir evidências e desenvolver políticas públicas saudáveis considerando as formas e oportunidades que o ambiente urbano pode oferecer (SPERANDIO; BLOES, 2020).

Com a visão ampla sobre as variáveis do espaço urbano e a sua relação com o bem-estar e qualidade de vida, o planejamento urbano para a cidade saudável aproxima-se da compreensibilidade. Segundo Friedmann (1965), a dinâmica social que se desenvolve ao decorrer do tempo possui características multisectoriais. Contudo, a concepção da cidade saudável acrescenta, entre outras, questões centrais como a resiliência humana,

a gestão participativa, a questão ambiental, diversificação econômica e garantia de altos níveis de saúde (HANCOCK; DUHL, 1986 apud DE LEEUW, 2017). É relevante considerar, no âmbito do planejamento urbano, a centralidade que o conceito amplo de saúde possui para o movimento de cidades saudáveis, o completo bem-estar físico, mental e social (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1946).

Os saberes e as localidades

As relações trans escalares nunca foram tão evidentes como no tempo de agora. As mudanças climáticas e a pandemia de COVID-19 iniciada em 2020 têm relação direta com o modo de desenvolvimento dos últimos séculos. Refletir sobre estes fenômenos pode contribuir para a percepção das conexões entre o local e o global.

O desenho urbano e as condições sociais podem prejudicar as respostas ao COVID-19 no meio urbano (WHO, 2020; CESTARI *et al.*, 2021). Estudos indicam que as pessoas em condição de vulnerabilidade social encerram alto percentual de dependência do transporte público para deslocamentos das periferias aos grandes centros urbanos, onde os longos períodos de percurso e precárias condições (não adoção de máscaras de proteção, falta de ventilação e distanciamento inadequado) estão relacionados com maior número de hospitalizações (MARINO, 2020; SATHLER; LEIVA, 2021). Isto indica como o fenômeno de espraiamento da cidade pode contribuir para o aumento da enfermidade nas classes mais desfavorecidas (SANTOS, 2020) e a disseminação do vírus das áreas centrais para as comunidades.

No âmbito das questões climáticas, as alterações antrópicas na natureza intensificam o aquecimento global. A produção à base energética de petróleo e seus derivados, assim como uso do solo e o desmatamento das florestas, influenciam o clima do âmbito mundial (BLANK, 2015), mesmo que sob gestões e ações locais. Enfrentar estas questões demanda a atuação à nível intergovernamental (BEERMANN, 2014).

Segundo Morin (2000), as especializações desvincularam o saber da realidade. As contextualizações não podem ser compreendidas na sua totalidade em função da própria segregação existente no âmbito do aprendizado sobre a vida (MORIN, 2000). Atuar no controle de pandemias, nas alterações climáticas, e/ou nos problemas sociais instalados nos meios urbanos demandam a utilização de todo potencial existente, os quais são intangíveis nas atuais configurações, uma vez que o “[...] todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras [...]” (MORIN, 2000, p. 37).

As resoluções das problemáticas do século XXI estão localizadas nas cidades, onde a vida acontece. O movimento de cidades saudáveis compreende uma estratégia, de âmbito global, no sentido de alcançar e garantir a qualidade de vida e o bem-estar no meio ambiente urbano (WHO, 2020). A processualidade desta concepção deve ser formada com a participação da sociedade com capacitação contínua, articulações em redes no território e atuações intersetoriais, para que as tomadas de decisões atuem a favor e em reconhecimento das realidades locais (MENDES, 2000; WESTPHAL, 2000).

A atuação da academia no monitoramento das ações realizadas no território pode gerar evidências e contribuir com as tomadas de decisões no âmbito do planejamento urbano (SPERANDIO; BLOES; LIN, 2019). Expandir estes conhecimentos e experiências bem-sucedidas por meio de redes que atendam às diversas esferas, do local ao global, pode contribuir para o enfrentamento das problemáticas do século XXI. Contudo, para a continuidade destas ações a participação social deve ser efetiva no desenvolvimento das políticas públicas (BERNARDINI, 2012) estabelecendo um comprometimento entre as agendas globais e locais (WHO, 2020).

A concepção da realidade da vida é formada pelas “crenças e costumes” que constituem a consciência individual e coletiva (DURKHEIM, 1999, p. 50). Possibilitar o desenvolvimento das potencialidades dos seres que habitam o ambiente urbano (BRASIL, 2002) é potencializar a capacidade da própria humanidade (MORIN, 2000). Neste sentido é que Morin (2000) aponta para a ignorância como um dos problemas fundamentais e globais em função da visão exclusivamente fragmentada da realidade. Planejar o urbano com foco nas cidades saudáveis pode oportunizar a atuação da gestão pública e das ações intersetoriais nestes *lócus* até então intangíveis, escondidos pela rigorosidade cartesiana da racionalidade e amordaçados pelo poderio hegemônico do capital.

Conclusões

As reflexões realizadas por meio do balizamento proposto neste artigo permitiram explorar as aproximações entre o conceito de Cidade Saudável e o Conhecimento Pertinente, um dos Sete Saberes definidos por Morin (2000) necessários à educação do futuro. As cidades modernas, vividas no século XXI, são resultado das dinâmicas sociais, econômicas e culturais, estabelecidas por parte da sociedade, e convertidas em dominação e normatização. Este processo corrompe o desenvolvimento integral e prejudica as possibilidades de novas descobertas, “pertinentes” aos desafios postos.

Oportunizar novas vivências demandam imersão para a compreensão da realidade social e criação de espaços que favoreçam a criatividade. Edgard Morin, assim como o movimento de Cidades Saudáveis, possibilitam esta imersão. A partir da reflexão realizada foi possível apontar para as contribuições que os dois campos estudados apresentam para superar as crises da ordem do planejamento urbano, assim como para a formação de uma nova percepção de mundo, por meio da transformação do próprio indivíduo e das relações entre o local e o global.

O ambiente urbano moderno e os processos de gestão deste, o sistema econômico contemporâneo e a cultura clássica científica devem ser revisitados, num movimento de superação de suas limitações. Tendo como pano de fundo as cidades saudáveis, a abordagem moriniana da realidade expõe os pontos críticos da sociedade de agora e suscita caminhos aos pesquisadores e técnicos adquirirem novos elementos para superar os paradigmas do mundo de hoje.

O planejamento urbano, ao utilizar o conceito de cidade saudável no âmbito da concepção e desenvolvimento, pode favorecer a promoção de um novo espaço urbano e assim propiciar ambientes que possibilitem as pessoas buscarem seus propósitos, perceberem suas condições e modificarem suas realidades.

Referências

AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. *Revista Katálysis*, Santa Catarina, v. 15, n. 1, p. 84–94, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100009>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ANDRADE, Jackeline Amantino de; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: Tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. **Revista de Administração Pública** [on line], v. 51, n. 3, p. 407–430, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612153318>.

BEERMANN, Jan. Urban partnerships in low-carbon development: Opportunities and challenges of an emerging trend in global climate politics. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 541, p. 170, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/urbe.06.002.SE03>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BERNARDINI, Sidney Piochi. Negociando o território: a formulação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2002-2004). **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 135-154, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14784/10780>. Acesso em: 01 out. 2017.

BLANK, Dionis Mauri Penning. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2015.1402.0010>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2002. ISBN 85-334-0602-9. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 19 ago. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CESTARI, Virna Ribeiro Feitosa et al. Vulnerabilidade social e incidência de COVID-19 em uma metrópole brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1023-1033, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.42372020>.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: Habitat III. 3., 2019. Nova Agenda Urbana HABITAT III. Quito, Organização das Nações Unidas, 2019. Disponível em: www.habitat3.org. Acesso em: 18 abr. 2019.

CORBURN, Jason. Equitable and Healthy City Planning: Towards Healthy Urban Governance in the Century of the City. In: LEEUW, E.; SIMOS, J. (ed.). **Healthy Cities**. New York: Springer, 2017, p. 31-41. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4939-6694-3_2.

CORBUSIER, Le. **A Carta de Atenas**: Versão de Le Corbusier. São Paulo: HUCITEC - EDUSP, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2974977/mod_resource/content/3/aula12_Corbusier_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1 ed. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Marcia Maria Arco e Flexa Ferreira; HARDAGH, Cláudia Coelho. Cidades inteligentes são cidades saudáveis? **Labor e Engenho**, Campinas, v. 12, n. 4, p. 525-532, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/labore.v12i4.8654327>

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade O DISCURSO HIGIENISTA DEFININDO A CIDADE (the hygienist discourse defining the cite). **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, nov. 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1226>. Acesso em: 20 nov. 2020.

COSTA, Renato Gama-Rosa, et al. Políticas Públicas Urbanas para uma Cidade Saudável: 100 anos de história em Manguinhos. In: SILVEIRA, C. B.; FERNANDES; T. M., PELLEGRINI; B. (org.). **Cidades saudáveis? Alguns olhares sobre o tema**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. p. 243-265. ISBN: 978-85-7541-529-0. <https://doi.org/10.7476/9788575415290>. Acesso em: 12 set. 2020.

CUSTÓDIO, Vanderli. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. **Geosul**, v. 19, n. 38, p. 77-98, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13433>. Acesso em: 28 abr. 2020.

DEÀK, Csaba. Globalização Ou Crise Global? In: GLOBANIZATION URBAN FORM & GOVERNANCE SECOND INTERNATIONAL CONFERENCE. 2., 2000, Delft. **Alfa-Ibis Proceedings**. Delft: Delft University Press, 2000. p. 283-299.

DE LEEUW, E.; SIMOS, J. (eds.). **Healthy Cities: The Theory, Policy, and Practice of Value-Based Urban Planning**. Nova Iorque: Springer, 2017. p. 3-30. ISBN 978-1-4939-6692-9. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4939-6694-3_1

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRIEDMANN, John. A Response to Altshuler: Comprehensive Planning as a Process. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 31. n. 3, p. 195-197, 1965. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01944366508978166>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL CONFERENCE ON HEALTH PROMOTION, 9, 2016, Shanghai. **Shanghai Declaration on promoting health in the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Shanghai: World Health Organization, 2016. Disponível em: <https://www.who.int/healthpromotion/conferences/9gchp/shanghai-declaration.pdf?ua=1>. Acesso em: 24 fev. 2021.

HANCOCK, T; DUHL, L. Promoting health in the urban context. WHO Healthy Cities Papers N. 1. Copenhagen: FADL, 1986 apud DE LEEUW, Evelyne. Cities and Health from the Neolithic to the Anthropocene. In: DE LEEUW, E.; SIMOS, J. (eds.). **Healthy Cities: The Theory, Policy, and Practice of Value-Based Urban Planning**. Nova Iorque: Springer, 2017. p. 3-30. ISBN 978-1-4939-6692-9. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4939-6694-3_1.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. 1 ed. São Paulo: BOITEMPO, 2018.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 200-210, jun. 1987. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101987000300005>.

LALONDE, Marc. **A new perspective on the health of Canadians, a working document**. Ottawa: Government of Canada, 1974. 77 p. ISBN 0-6626-50019-9. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/A_new_perspective_on_the_health_of_canadians_a_working_document/59. Acesso em: 17 out. 2020.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do antropoceno. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11–31, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87702>. Acesso em: 22 fev. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; GALINDO, Ernesto Pereira. A Trajetória Brasileira em Busca do Direito à Cidade: os quinze anos de Estatuto da Cidade e as novas perspectivas à luz da Nova Agenda Urbana. In: COSTA, Marco Aurélio (org.). **O ESTATUTO DA CIDADE E A HABITAT III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana**. Brasília: IPEA, 2016. p. 11–25. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7121>. Acesso em: 20 fev. 2021

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21–33, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARINO, Aluizio et. al.. Circulação para o trabalho explica concentração de casos do Covid-19. **Labcidade (FAU-USP)**, jun. 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/>. Acesso em: 4 jul. 2020

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã – Teses sobre Feuerbach**. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MENDES, Rosilda. **Cidades Saudáveis no Brasil e os processos participativos: Os casos de Jundiá e Maceió**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: [http://redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/cidades%20saud%C3%A1veis%20tese%20usp%20\(1\).pdf](http://redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/cidades%20saud%C3%A1veis%20tese%20usp%20(1).pdf). Acesso em: 30 abr. 2020.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>. Acesso em: 1 nov. 2018

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/46042604/paper35.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MORIN, Edgard. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

OMRAN, Abdel-Rahmin. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. **The Milbank Quarterly**, v. 83, n. 4, p. 731–757, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0009.2005.00398.x>. Acesso em: 02 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Comunicação & Educação**. São Paulo, n. 3, p. 13-17, 1995. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.voi3p13-17. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36151>. Acesso em: 01 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)** – 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 29 set. 2020.

PETERSON, Jon A. The Impact of Sanitary Reform upon American Urban Planning, 1840-1890. **Journal of Social History**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 83–103, 1979. DOI: <https://www.jstor.org/stable/3786777>.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2018.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-4384-5.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. Contribuição da Epidemiologia. In: CAMPOS, G. W. D. S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2476982/mod_resource/content/3/21_TRATADO_SAUDE_COLETIVA.pdf. Acessado em: 17 out. 2020.

SANTOS, Boaventura De Sousa. Para além do pensamento abissal. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-4384-5.

SANTOS, César Simoni. Horizontes da política social na globalização da desigualdade e o Minha Casa Minha Vida. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 13, n. 22, p. 167–198, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/5377/3960>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n.3, 2020. ISSN 1981-7746. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00280>.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. De; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1998.

SATHLER, Douglas; LEIVA, Guilherme de Castro. Prioridade para futuras vacinações contra a Covid-19 no Brasil: os usuários de transporte público devem ser um grupo-alvo? **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s.l.], v. 38, e0163, p. 1-13, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0163>.

SNOWDEN, David J.; BOONE, Mary E. A Leader’s Framework. **Harvard Business Review**, v. 85, n. 11, p. 68–76, 2007. DOI: 10.1109/MCDM.2007.369449. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy.uwe.ac.uk/ehost/detail?vid=3&sid=25ea5a61-d152-4aa0-9c71-84e924d9263e@sessionmgr111&hid=118&bdata=JnNpdGU9ZWhvc3QtGl2ZQ==#db=buh&AN=27036324>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; BLOES, Rodrigo Brandini; LIN, Pamela Shue Lang. Evidências de métodos participativos para o planejamento urbano da cidade saudável. **Labor e Engenho**, Campinas, v. 13, p. e019024, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/labore.v13i0.8657594>.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; BLOES, Rodrigo Brandini. Community Urban Gardens: Social Instrument for Healthy and Health-Promoting Cities. In: Leal Filho W.; Wall, T.; Azul, A.; Brandli, L.; Özuyar, P. **Good Health and Well-Being. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals**. Cham: Springer, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-69627-0_121-1.

STIGLITZ, Joseph E. **A GLOBALIZAÇÃO e seus malefício**: A promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Unesp, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788598605968>. Acesso em: 10 out. 2020.

VERAS, Renato P. Brazil is getting older: demographic changes and epidemiological challenges. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 6, p. 476-488, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101991000600010>.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 171–243. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4449703/mod_resource/content/1/Fl%C3%A1vio%20Villa%C3%A7a%20-%20Uma%20contribuicao%20para%20a%20historia%20do%20planejamento%20%20urbano%20no%20Brasil.pdf%E. Acesso em: 22 nov. 2020.

WESTPHAL, Márcia Faria. O Movimento Cidades / Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 39–51, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7078.pdf>. Acesso em: 19 nov 2020.

WESTPHAL, Márcia Faria; OLIVEIRA, Sandra Costa. Cidades Saudáveis: uma forma de abordagem ou uma estratégia de ação em saúde urbana? **Revista USP**, São Paulo, n. 107, p. 91, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i107p91-102>.

WHO. **Healthy Cities**: Effective Approach To a Rapidly Changing World. Geneva: World Health Organization, p. 1–15 2020. ISBN 978-92-4-000482-5. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331946/9789240004825-eng.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

¹ **Rodrigo Brandini Bloes**

Engenheiro Civil. Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do Grupo de pesquisa em Metodologia de Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis e Engenheiro Civil na Prefeitura Municipal de Capão Bonito - SP. Endereço postal: Avenida Albert Einstein, 951, Sala 15, Cidade Universitária, Campinas SP – Brasil. CEP: 13083-852.

² **Ana Maria Girotti Sperandio**

Ortopista. Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade e Pesquisadora Colaboradora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Endereço postal: Avenida Albert Einstein, 951, Sala 15, Cidade Universitária, Campinas SP – Brasil. CEP: 13083-852.